

# ECONOMIA AMAZÔNICA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA MARXISTA<sup>1</sup>

Gilberto de Souza Marques, PPGE-UFPA<sup>2</sup>

Indira Cavalcante da Rocha Marques, PPGE-UFPA<sup>3</sup>

Wendell da Costa Magalhães, PPGE-UFPA<sup>4</sup>

## RESUMO

Estudo sobre a Teoria da Dependência Marxista e sua utilidade para a análise da economia amazônica. A partir de revisão bibliográfica das obras de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, entende-se o conceito clássico de *dependência* como relação de subordinação entre países que redefine, condiciona e limita as possibilidades estruturais de desenvolvimento de regiões consideradas dependentes. Esse conceito se soma a outros como *superexploração do trabalho* e *subimperialismo* para conformar uma teoria que se propõe a reinterpretar o próprio desenvolvimento capitalista, gerando novos conceitos e aportes para a teoria do valor marxista. Outros autores neste estudo, como Carlos Martins e Jaime Osorio, cumprem com a função de atualizar a teoria para o período da globalização (ou mundialização) e do neoliberalismo, que se inicia com a revolução técnico-científica na década de 1970 e tem seus efeitos nas regiões dependentes apontados pela primeira vez na obra de Theotonio dos Santos. Com tal aporte teórico, visa-se iniciar a construção de uma proposta metodológica que sirva para a análise da economia amazônica, sobretudo de seus eixos energético e mineral. Para isso, há um destaque inicial para a proposta de Osorio (2012) da categoria intitulada *padrão de reprodução do capital*.

**Palavras-chave:** Dependência, superexploração do trabalho, subimperialismo, economia amazônica, padrão de reprodução do capital.

## ABSTRACT

Study on the Theory of Marxist Dependence and its usefulness for the analysis of the Amazon economy, with emphasis on its energy-mineral sphere. From a bibliographical review of the works of Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos and Vânia Bambirra, it is understood the classic concept of dependence as subordination relationship between countries that redefines, conditions and limits the structural possibilities of development of regions considered dependent. This concept joins others as superexploration of labor and subimperialism to form a theory that proposes to reinterpret capitalist development itself, generating new concepts and contributions to the theory of Marxist value. Other authors in this study, such as Carlos Martins and Jaime Osorio, fulfill the function of updating theory for the period of globalization (or globalized) and neoliberalism, which begins with the technical-scientific revolution in the 1970s and has its effects in the dependent regions pointed out for the first time in Theotonio dos Santos' work. With this theoretical contribution, the aim is to begin the construction of a methodological proposal that will serve to analyze the Amazon economy, especially its energy and mineral axes. For this, there is an initial highlight for the proposal of Osorio (2012) of the category entitled standard of reproduction of capital.

**KEY-WORDS:** Dependence, superexploration of labor, subimperialism, amazon economy, standard of reproduction of capital.

<sup>1</sup> Trabalho realizado com apoio do PIBIC UFPA e da FAPESPA.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA, gilsmarques@bol.com.br

<sup>3</sup> Professora da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, indiramarquesgeo@gmail.com

<sup>4</sup> Mestrando No Programa de Pós-Graduação em Economia de UFPA.

## INTRODUÇÃO

Este artigo representa um ensaio inicial de uma pesquisa que analisa a grande produção energético-mineral na Amazônia, tendo a Teoria da Dependência Marxista como referência. Ela ainda está em seus estágios iniciais.

A partir da década de 1970, com a redefinição da Amazônia na divisão internacional do trabalho (DIT) e, conseqüentemente, no papel que ela ocupa na reprodução do capital nacional e internacional, com os grandes empreendimentos estabeleceu-se mais acentuadamente a necessidade de fazê-la uma grande província energético-mineral.

A presente pesquisa, em seu projeto inicial, tinha como seu objetivo lato versar sobre a expansão da produção de energia elétrica (grandes hidrelétricas) no contexto acima, os empreendimentos e as políticas que a encabeçaram, e os seus impactos para o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica.

Com o desenvolvimento do trabalho, incorporou-se a grande produção mineral como objeto de pesquisa, assim como redirecionou-se o foco desta para um estudo sobre a Teoria da Dependência Marxista (TDM)<sup>5</sup>, dando destaque para autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, no que tange ao seus autores clássicos, e Jaime Osório e Carlos Eduardo Martins como renovadores da teoria para o novo contexto da globalização neoliberal ou, como se encontra em Osório (2012), para o novo contexto da mundialização. Estes autores serão colocados em diálogo com outras abordagens do pensamento marxista (não necessariamente dependentistas): Giovanni Arrighi e David Harvey, por exemplo.

Assim se fez no intuito de, com o aporte metodológico fornecido pela Teoria da Dependência nas obras desses autores, vislumbrar-se uma proposição teórico-metodológica que dê conta da análise dos novos fenômenos despontados na Amazônia que envolvem sua produção mineral e energética (grandes hidrelétricas). Estes temas serão aprofundados com a continuidade da pesquisa, em particular o segundo, ainda pouco desenvolvido.

O estado do Pará tem se apresentado, junto à Minas Gerais, como o principal exportador mineral do Brasil, produzindo elevados saldos em sua balança comercial. Em 2017 deverá exportar mais de 200 milhões de toneladas de ferro (bruto), afora bauxita (alumínio), manganês, níquel, cobre, ouro, caulim, entre outros. Mas esta exportação não paga nada de ICMS, principal tributo estadual.

---

<sup>5</sup> Ou Teoria Marxista da Dependência, nomenclatura que achamos mais adequada.

Afora isso, a dinâmica dos setores mais destacados da economia regional (particularmente paraense) depende da demanda dos países de destino da produção. Para manter elevada esta demanda, recorre-se ao aumento da composição orgânica de capital e outros processos para elevar a produtividade e reduzir custos, o que tende a reduzir preços. A produção de riqueza na Amazônia (minério, energia e agronegócio) não dinamiza a economia local, mas nos países e regiões de destino – Japão e China, por exemplo. Entretanto, os problemas socioambientais amazônicos se avolumam. Entre eles, o fato de que se presencia uma apropriação mais intensa da natureza, e, com isso, reduz-se aceleradamente as reservas dos recursos naturais (minerais, mas também florestais e de terras disponíveis).

Contraditoriamente, o estado paraense é o antepenúltimo colocado no ranking de desenvolvimento humano no Brasil; concentra péssimos indicadores de educação, saúde, saneamento, distribuição de renda, etc. Assim, presencia-se a dicotomia produção de riqueza numa proporção nunca vista e disseminação da pobreza.

A questão que se levanta, então, é: o aumento da produção de riqueza (ainda que na forma extrativa) tem contribuído para aumentar a autonomia da região em relação às economias externas (e mesmo de outras regiões brasileiras) ou tem aumentado sua dependência? Quais as consequências socioambientais desta produção?

O artigo parte de uma revisão e sistematização de autores, clássicos e contemporâneos da teoria da dependência de vertente marxista e, em seguida, traça considerações iniciais sobre o desenvolvimento amazônico à luz desta teoria.

## **TEORIA DA DEPENDÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO LATINO-AMERICANO**

A visão marxista da dependência, segundo Martins (2011, p. 237), foi desenvolvida através das obras de Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo. Na visão desses autores, em geral, tal qual expõe Bambirra (2013), também sistematizada por Dos Santos (2015), a dependência é vista como uma situação condicionante, em que certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida, limitando o comportamento e ação dos homens pertencentes àqueles países. Tal fato origina a conclusão que a dependência condiciona a estrutura interna de economias nacionais que, por sua vez, redefinem a dependência em função das suas possibilidades estruturais.

A conceitualização da dependência nesses moldes é resultado do esforço analítico metodológico que pretende substituir a teoria do desenvolvimento por uma teoria da dependência. Se antes a dependência era vista, por aquela, como um elemento coercitivo externo que simplesmente influi de alguma forma na conformação das nações, com a inovação que a teoria da dependência traz, a dependência passa a ser elemento analítico explicativo fundamental nas relações centro-periferia e

no desenvolvimento condicionado da estrutura política, econômica e social das nações subdesenvolvidas.

Além disso, segundo Martins (2011, p. 237), essa visão rompe com os nacionalismos metodológicos e se propõe reinterpretar o próprio desenvolvimento capitalista, gerando novos conceitos e aportes para a teoria do valor marxista. Tal desenvolvimento não deveria ser compreendido a partir da trajetória de expansão dos países centrais, mas a partir do desenvolvimento da economia mundial, na qual esses países se inserem como parte dela.

É nesse sentido que a contribuição pioneira de Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, tal como afirma Martins (2011, p. 239), será a de apresentar uma teoria capaz de perceber o dinamismo das relações entre externo e interno, oferecendo uma visão madura da dependência, levando em conta os processos de competição por acumulação de mais-valia através da geração de mais-valia extraordinária, convertida em lucro extraordinário, originada, dentre outros fatores, da superexploração do trabalho (termo cunhado por Marini). Esses processos dependiam, dentre outras coisas, do advento de tecnologias poupadoras de força de trabalho e elevadoras de produtividades, exportadas pelos países desenvolvidos aos dependentes, implicando em uma situação de compromisso entre as classes dominantes dessas respectivas nações.

Segundo Dos Santos (2015, p. 25), “A Teoria da Dependência, que surgiu na América Latina nos anos 1960, tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado de fato em 1930-1945.” O contexto envolto sobre essas novas características é detalhado logo em seguida:

[...] terminado o longo ciclo depressivo (caracterizado por duas guerras mundiais, uma crise global em 1929 e a exacerbação do protecionismo e do nacionalismo), restabelecia-se, depois da Segunda Guerra Mundial, através da hegemonia norte-americana, a integração da economia mundial. O capital, concentrado então nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimento que se orientavam para o setor industrial. (DOS SANTOS, 2015, p. 25).

É importante pontuar que esse novo contexto se dava frente a substituição de importações clássica do passado recente de 1930-1945 que tinha conduzido o desenvolvimento da região até então. Nesse novo contexto, o capital internacional não se preocupa mais em somente vender manufaturas e importar matérias-primas, mas adentrar os territórios dependentes com investimento direto de capital controlando tais espaços, desnacionalizando não só a propriedade dos meios de produção mas a própria burguesia que vê frustrado seu projeto de desenvolvimento capitalista para o país (BAMBIRRA, 2013).

Os efeitos disso são elencados por Vania Bambirra em seu *O capitalismo dependente latino-americano*: o controle e domínio dos novos setores e ramos produtivos industriais, por parte do capital

estrangeiro; a intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia com a instalação das grandes empresas e da absorção, por estas, de empresas nacionais através de suas compras, de fusões, associações etc.; o processo de desnacionalização progressiva dos meios de produção nos setores industriais; e a integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais, através das políticas econômicas nacionais alinhadas a estes interesses, de políticas externas integradas à política dos EUA e de integração no âmbito militar (BAMBIRRA, 2013).

Concomitante à incorporação do fordismo como regime de produção e circulação caracterizando um período de crise econômica mundial, em 1940 tem início a revolução científico-tecnológica (na obra de Dos Santos, em particular, esta revolução adquire grande relevância na nova interpretação que se busca dar a respeito do desenvolvimento do capitalismo, com a Teoria da Dependência), prometendo um novo ciclo expansivo da economia mundial, desde que as características econômicas trazidas consigo se estendessem para o nível planetário. Tal é o fato que justifica a ação do capital internacional exposta acima, e que tem como base de operação a economia norte-americana – já enorme – e seu poderoso Estado-Nacional, além de um sistema de instituições internacionais e multilaterais estabelecidos em Bretton Woods (DOS SANTOS, 2015, p. 25).

Bambirra (2013) chama esse processo mais especificamente de integração monopólica mundial e explica o porquê de seu surgimento sob a égide dos Estados Unidos (EUA). Segundo a autora, o fato de os EUA não ter tido a guerra em seu território sem deixar de ter participação ativa nela através de variados meios financeiros, científicos, tecnológicos e humanos é o que possibilita que esse país saia do conflito como grande vencedor e responsável pela consolidação da integração monopólica mundial. Isto se dá, sobretudo, por fatos como os EUA concentrar grande parte dos conhecimentos tecnológicos e a aplicação destes nas suas grandes empresas e no seu governo, possibilitando a acentuação da concentração financeira e econômica ocorrida nas primeiras décadas do século XX; por elevarem, com isso, o país a um novo patamar de produtividade, muito superior ao de seus aliados capitalistas, impactando na organização do trabalho, no sistema de propriedade capitalista, na administração empresarial, nas técnicas de venda, de publicidade, na cultura em geral etc.; além do respaldo dado à hegemonia estadunidense por parte de seus exércitos presentes na Ásia e Europa, que cumpriam a função de realizar uma firme aliança com os países capitalistas aliados e vencidos contra a outra grande potência saída vencedora da grande guerra: a URSS.

O processo de integração monopólica mundial, que é um movimento de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (com os meios de comunicação de massa), se manifesta assim através da proliferação de empresas multinacionais instaladas em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, dos sistemas financeiros

internacionais criados, das instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares surgidos e, por fim, mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista, impondo sua pauta em múltiplos níveis, desde as normas preliminares de comportamento até as técnicas e metodologias científicas.

Contudo, não parte do nada a proliferação de empresas multinacionais em territórios dependentes, segundo Dos Santos (2015, p. 26), pois que se apóia nas indústrias criadas a partir de 1930 – quando tem início o processo de industrialização nas principais economias dependentes e coloniais – que se articulam com o movimento de expansão do capital internacional no pós-guerra. Este fato, em particular, contestava a noção de que subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. “Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento.” (DOS SANTOS, 2015, p. 26).

Ruy Mauro Marini, em seu famoso *Dialética da Dependência*, de 1973, teoriza esse processo fornecendo elementos conceituais novos que balizam uma interpretação original a respeito da industrialização na América Latina. Primeiramente, intenta diferenciar o processo de industrialização sofrido pelas economias industriais do processo sofrido pelas economias dependentes. O primeiro destaca-se por não haver total ruptura entre a produção e a circulação do capital, fundamentalmente por ter sua acumulação calcada no incremento da produtividade ou da chamada capacidade produtiva do trabalhador, enquanto o segundo se baseia na superexploração do trabalho, conceito formulado por Marini para se referir à remuneração da força de trabalho com valor inferior ao valor mínimo de mercadorias capaz de reproduzi-la. Marini expressa a diferença substancial do processo de industrialização nos países desenvolvidos, dizendo:

A circulação tende portanto a se dividir em duas esferas, de maneira similar ao que constatamos na economia latino-americana de exportação, mas com uma diferença substancial: a expansão da esfera superior é uma consequência da transformação das condições de produção e se torna possível à medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais. A ligação existente entre as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe. (MARINI, 2005, p. 168-169).

Outro fator que contribui para essa não ruptura entre circulação e produção do capital nos países industriais, segundo Marini (2005), é a forma como se amplia o mercado mundial contrabalançado pela superexploração do trabalho, que reduz as rendas dos países que a sofrem e, conseqüentemente, sua demanda, fazendo com que se crie mecanismos internos nos países industriais para compensar tal redução. Deixado claro que a produtividade é um desses mecanismos, Marini

(2005) também ressalta a transformação dos bens de luxo em bens de consumo popular e a elevação dos salários reais, a partir da segunda metade do século XIX, ajudados pela divisão do excedente das nações dependentes que, dentre outras coisas, reduz o preço dos alimentos. Com isso, contribuem decisivamente para a passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa nas economias centrais, possibilitando a continuidade da acumulação ampliada de capital.

Quanto ao processo de industrialização da economia dependente, destaca-se que ele é fundamentalmente diferente por apoiar-se no mercado externo, com suas indústrias iniciais se expandindo somente na presença de crises comerciais conjunturais e como decorrência de limitações dos excedentes da balança comercial que fazem com que a demanda das altas classes se volte para a indústria nacional, dada sua incapacidade de continuar importando como antes.

Logo, Marini conclui o raciocínio dizendo:

A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados. (MARINI, 2005, p. 170).

Concluindo a explicação das bases do processo de industrialização latino americano se valendo de grande profundidade teórica, Marini (2005) aponta para o momento da coincidência entre a demanda e oferta industrial nos países dependentes, tal como se deu nos países industriais. No Brasil e na Argentina, por exemplo, tal feito se dá na passagem da década de 1940 para a década de 1950 - mais rapidamente no segundo país. Entretanto, com a necessidade do incremento da produtividade na economia diante dessa situação, as economias dependentes, no lugar de gerarem autonomamente a tecnologia necessária para isso, recorrem à tecnologia estrangeira, gerando novo mecanismo de empecilho para criação de um capitalismo desenvolvido em seu território.

Constata-se, portanto, que o resultado mais evidente apontado pela análise clássica da Teoria da Dependência será o baixo nível de desenvolvimento do mercado interno, o que impossibilita atender a demanda de consumo das classes populares, mas não impede o desenvolvimento do capitalismo dependente em bases diferenciadas das dos países desenvolvidos, já que voltava sua produção preponderantemente para o mercado externo, mesmo depois do desenvolvimento de suas forças produtivas e da elevação de sua produtividade.

Fica claro mais uma vez que, para essa teoria, subdesenvolvimento não é, como via o desenvolvimentismo, simples atraso em relação ao desenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento se conjugam no espaço e no tempo de expansão da economia-mundo. Porém, esta é uma constatação tanto da Teoria da Dependência caracterizada por Martins (2011, p. 231) como *weberiana*, formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, quanto da Teoria da

Dependência Marxista. No que esta se diferencia, inclui-se a constatação dos limites do desenvolvimento do capitalismo dependente que financiam a importação de meios de produção via exportações de bens primários, elevando a dependência para um novo patamar financeiro e tecnológico.

Na parte final de seu *Dialética da dependência*, Marini (2005) se ocupa em tratar dessa nova fase sob o título de *O novo anel da espiral*. Nele, destaca-se que, após iniciar seu processo de industrialização, a América Latina, progressivamente, passa a requerer maiores quantidades de bens de capital em comparação a bens de consumo. A recuperação da economia internacional no pós-segunda guerra supre essa necessidade por meio de financiamentos e investimentos diretos à indústria desse continente. Mas faz isso não por gentileza, e sim por interesses e necessidades próprias das grandes corporações imperialistas, que, concentrando grande soma de recursos, tornava impossível sua manutenção e reprodução senão através de sua aplicação no exterior.

Nesse sentido, três motivos são apresentados por Marini (2005) para justificar a preferência da aplicação desse capital no setor industrial dos países dependentes: o primeiro se deve ao fato que, “[...] enquanto durou a desorganização da economia mundial, desenvolveram-se bases industriais periféricas, que ofereciam – graças à superexploração do trabalho – possibilidades atrativas de lucro.” (MARINI, 2005, p. 174); o segundo foi o fato das economias centrais terem o interesse de criar mercados para sua indústria pesada de bens de capital, levando-as a investirem no setor secundário dos países periféricos, impulsionando o processo de industrialização; o terceiro motivo foi que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade, o que criou a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinários obsoletos, antes mesmo de suas amortizações.

Logo, atesta Marini:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidos para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...] (MARINI, 2005, p. 174).

Em contraparte, ficam para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente.

Diante dessa constatação, a teoria clássica da dependência marxista nos fornece fundamental crítica ao desenvolvimento ambicionado pela Cepal via industrialização por substituição de importações. Isso porque demonstra que sua efetivação com a incorporação de tecnologias por meio do comércio exterior só criava outro nível de dependência, tecnologicamente mais intensivo, já que não internalizava em seus territórios os fundamentos intangíveis da inovação tecnológica, como a qualificação da força de trabalho e o desenvolvimento da cultura e da ciência nos países periféricos.



Aqui portanto surge o tema da revolução científico-técnica apontada pelos dependentistas marxistas, principalmente Theotonio dos Santos, no momento que emerge, em plena década de 1970. Mais tarde, as ciências sociais convencionam inserir tal revolução no seio do processo chamado *globalização*.

Com a revolução científico-técnica, altera-se os padrões de acumulação nos países dependentes através da integração dos mercados nacionais aos internacionais, destruindo parte do setor industrial e de bens de capital desses países voltados para os seus mercados internos, devido à concorrência com exportação de mercadorias providas dos países centrais. O resultado disso é a construção de uma divisão internacional do trabalho que articula a participação dos países dependentes na produção de partes e componentes de maquinarias, equipamentos e componentes microeletrônicos, combinando-se com restrições macroeconômicas que desvinculam-se da construção de uma infraestrutura científica e tecnológica que estabeleça sinergias com essa base material para desenvolvê-la (MARTINS, 2011, p. 252).

Sobre a revolução científico-técnica, Dos Santos entende que a Teoria da Dependência a previu junto de alguns de seus efeitos, pois já no final da década de 1960, dez anos antes de surgir literatura versando sobre a *reconversão industrial*, falava-se na tendência de crescimento

[...] da exportação industrial nos países dependentes de desenvolvimento médio, enquanto os países centrais se especializavam na tecnologia de ponta, geradora de novos setores de serviço voltados para o conhecimento, a informação, o lazer e a cultura. (DOS SANTOS, 2015, p. 37).

Contudo, previa-se juntamente que

[...] a expansão industrial da América Latina não resultou na sua passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos. Ao contrário, tem aumentado a distância dos países centrais colocados na ponta da revolução pós-industrial, enquanto as indústrias obsoletas e poluentes se concentram nos países de desenvolvimento médio.” (DOS SANTOS, 2015, p. 37-38).

Contudo, o mais grave previsto pela Teoria da Dependência, segundo Dos Santos, começou a se verificar em 1980 com a adoção crescente da automação diminuindo drasticamente o emprego industrial, fazendo os países em desenvolvimento caírem na armadilha do crescimento sem emprego, pois estando cada vez mais afastados dos centros de produção científica, tecnológica e cultural, não viam se expandir o trabalho em educação, saúde, cultura, lazer e outras tantas tarefas típicas da revolução científico-técnica (DOS SANTOS, 2015, p. 38).

Marini (2005) trata desse tema como o caráter da tecnologia e o seu impacto sobre a ampliação do mercado dependente. Corroborando o que aqui já foi dito, aponta-se que o primeiro efeito do desenvolvimento tecnológico em uma sociedade baseada na exploração do trabalho, como a sociedade capitalista, é a economia de força de trabalho, que passa a ser usada em menos tempo e

com menor dispêndio de esforço na produção de bens. Na concretude da realidade social, isso se expressa na forma da diminuição da massa operária que, por definição, se emprega em atividades produtivas, contrastando com o crescimento da população dedicada a atividades não produtivas, como os serviços. Efeitos como esse, contudo, aparecem modificados pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente (MARINI, 2005, p. 176).

A exemplo da configuração particular da introdução do progresso técnico em estruturas dependentes, Marini (2005) ainda percebe que o mesmo possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevou sua produtividade e, simultaneamente, sustentou a tendência para remunerá-lo em proporção inferior ao seu valor real. Fez isso restringindo o progresso técnico a setores industriais voltados para a produção de bens que não são de consumo popular nos países dependentes, mesmo que o sejam há tempo nos países industriais desenvolvidos. Desta feita, se a produtividade aumenta nos setores que não se voltam para a produção de bens que compõem a cesta de produtos da classe trabalhadora, não há impacto dessa produtividade na taxa de mais-valia, mas somente na massa de valor realizado, dado que se passa a produzir mais produtos em menor tempo, mas não os produtos capazes de alterar o valor da força de trabalho que determina a taxa de mais-valia. Logo, diz Marini:

A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e portanto de mais-valia – que da taxa de mais-valia. (MARINI, 2005, p. 177).

No entanto, ao não aumentar a produtividade dos setores produtores dos bens-salários, concentrando-se nos bens supérfluos, rebaixando os salários até o patamar que configura uma superexploração do trabalho, cria-se o problema da realização das mercadorias produzidas pela indústria dependente. Para solucioná-lo, intervêm o Estado por meio do aumento do aparato burocrático, do subsídio aos produtores e do financiamento ao consumo perdulário; e intervêm-se na inflação, transferindo-se poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação (aqueles que vivem de mais-valia) (MARINI, 2005).

[...] a tendência à aproximação entre as duas esferas de circulação, que se havia observado a partir de certo momento, não pode continuar se desenvolvendo. Ao contrário, o que se impõe é novamente o afastamento entre ambas as esferas, uma vez que a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia. A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. (MARINI, 2005, p. 178).

Aliado à revolução técnico-científico e ao fenômeno da globalização, emerge como superestrutura ideológica desses processos o neoliberalismo, o qual Martins (2011) o trata como um dos seus eixos analíticos para atualização da Teoria da Dependência, com o fim de identificar seus impactos na América Latina. Para o autor, o aprofundamento da crise da hegemonia estadunidense nos anos de 1980 configura uma trajetória de crise estrutural da economia-mundo capitalista da qual esse sistema não se desvencilhará mais. Nesse contexto, surge o neoliberalismo como ideologia hegemônica que expõe os países periféricos que se ajustam aos seus marcos estruturais a profundos desequilíbrios macroeconômicos, gerando taxas medíocres de crescimento e crises de legitimidade (MARTINS, 2011, p. 254).

Sobre as políticas econômicas que acompanham a instalação do padrão de reprodução neoliberal na América Latina, Osorio afirma:

Medidas de política econômica [...] que tiveram papel substantivo em propiciar e resolver gargalos da reprodução do capital sob um padrão industrial, são diametralmente distintas das que se aplicam na América Latina de maneira generalizada desde os anos 1980, ainda vigentes nas primeiras décadas do século XXI. Na nova situação, a política econômica aponta para a redução do papel dos assalariados no consumo e de sua participação no mercado; propicia-se uma concentração de renda, processo que, unido ao anterior, gera uma polarização social aguda; os setores sociais já não são protegidos mediante tarifas de importação e sim se reduzem significativamente; a concorrência e o mercado, se diz, é que devem destinar os recursos, o que faz com que se retirem subsídios e diversas formas de proteção à produção industrial; parte substantiva da produção é voltada para o mercado mundial, fazendo com que se apliquem medidas de política econômica que fomentem as exportações; e, à medida que o discurso do livre-comércio ganha terreno, também se fomenta a abertura de fronteiras para as importações. (OSORIO, 2012, p. 73).

O trecho acima é importante porque, ao detalhar a política econômica predominante que se fez na América Latina no intuito de se incentivar determinado padrão de reprodução do capital, nos localiza em termos de repartição do valor no sistema mundial capitalista através da posição ocupada por nossa economia na divisão internacional do trabalho (DIT). Cabe pontuar que Osorio (2012) formula a noção de padrão de reprodução do capital para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados. A categoria, por sua vez, estabelece mediações entre os níveis mais gerais de análise, como modo de produção capitalista e sistema mundial, e os níveis menos abstratos ou histórico concretos, como formação econômico-social e conjuntura.

No contexto atual, o autor define o atual padrão de reprodução da América Latina como padrão exportador de especialização produtiva e diz que o mesmo só tem sentido no que ele chama de “mundialização”(termo alternativo à globalização). Nesta é ressaltada a revolução microeletrônica que multiplica e acelera as comunicações, a redução nos preços dos transportes das mercadorias, o novo estágio do capital financeiro, as integrações mais intensas promovidas por todos esses fatores

no mercado mundial, as novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços e uma elevada mobilidade de capital.

Tratando mais especificamente do fenômeno da mundialização, cabe apontar que o mesmo é tratado por Osorio (2012) sob a perspectiva de ondas longas de Ernest Mandel. Estas ondas longas expressam ciclos no movimento da taxa média de lucro, abarcando um período de 50 a 60 anos, e que inclui uma fase de incremento para posterior descenso. O capitalismo, segundo essa noção, passou por quatro ondas longas até então, desde seu nascedouro, e a cada passagem de uma onda para outra ocorreram revoluções tecnológicas aplicadas à produção, reestruturando os processos de reprodução do capital em todas as suas dimensões. Em particular, a mundialização neoliberal iniciada nos idos de 1970, dentro dessa perspectiva, é caracterizada como fase recessiva da quarta onda longa sofrida pelo capitalismo, dado que esta inicia em 1940-1945, com seu período ascensional terminando em 1966, dando lugar ao seu período de descenso. (OSORIO, 2012, p. 81-83). Quanto aos impactos dessa fase recessiva na América Latina, Osorio (2012) cita a queda do padrão industrial diversificado que se manifesta em crise de crescimento, crise da dívida externa e na chamada “década perdida”, na expressão da CEPAL, que se prolonga até nossos dias.

Martins (2011) também sintetiza os efeitos do neoliberalismo na América Latina, ao mesmo tempo que utiliza os conceitos formulados pela Teoria Marxista da Dependência nesse novo contexto, atualizando-a. Para ele, a América Latina vive um momento crítico que implica um alto nível de dependência financeira devido sua exposição ao neoliberalismo, que tende conjugar déficits no fluxo de capitais com déficits comerciais. O câmbio flutuante, nesse contexto, serve de mecanismo de ajuste às crises. Durante o período expansivo, ao se valorizar pela entrada de capitais, gera diminuição do superávit comercial e tendência para seu déficit, implicando na necessidade de novos ingressos de capitais para financiá-lo. Já na eclosão da crise, com a saída de capitais, o câmbio se desvaloriza gerando saldos comerciais, mas também o aumento do endividamento externo e dos encargos fatoriais de conta corrente pagos em dólar. Sendo os movimentos de capitais mais dinâmicos que o comércio internacional, o câmbio não é suficiente para gerar superávit necessário para aplacar o déficit. Logo, torna-se necessário aprofundar a superexploração do trabalho (MARTINS, 2011, p. 255-256).

Entretanto, Martins (2011) alerta que a ascensão chinesa e sua projeção no comércio internacional têm matizado os efeitos negativos do neoliberalismo sobre a expansão da América Latina, contribuindo para que os impactos dos movimentos do capital estrangeiro fossem matizados. Faz isso, elevando o nível de competição internacional no setor de alta tecnologia, pressionando os preços dos produtos manufaturados para baixo e aumentando a demanda por produtos básicos e matérias-primas estratégicas, incrementando seus preços e agindo, portanto, contra a tendência da deterioração dos termos de troca em desfavor das economias dependentes. Porém, Martins não deixa

de alertar que tal fato é provisório e que a economia dependente não pode se confiar nisso permanentemente. Ademais, a elevação dos preços dos produtos primários torna-se fonte de lucro extraordinário das burguesias da região e pode conduzir a um movimento de reprimarização dessas economias, capaz de aprofundar as contradições sociais de nossas formações, coisa, ao que parece, já se aventura e já é alvo de grande discussão, atualmente.

Martins (2011) identifica que o neoliberalismo entra em crise a partir da segunda metade dos anos 1990, quando se aprofunda a crise do balanço de pagamentos na América Latina. Com uma conjuntura virada à esquerda, articulada com o fim do crescimento acelerado da economia estadunidense e a ofensiva mundial e regional dos movimentos sociais, desenvolvem-se os movimentos por outra globalização nos fóruns sociais mundiais; entra em cena a revolução bolivariana desde a Venezuela, se estendendo ao Equador, Bolívia, Nicarágua e Honduras através da Alba, que rompe o isolamento cubano; passam à ofensiva os movimentos indígenas e os de protesto contra a vulnerabilidade social e econômica gerada pelo neoliberalismo (MARTINS, 2011, p. 265).<sup>6</sup>

Tudo isso, segundo o autor, abre espaço na região para o desenvolvimento, ainda em gestação, das teorias do sistema mundial. É a partir dessas teorias que Martins (2011) promove a atualização da Teoria da Dependência Marxista para o contexto da globalização neoliberal, nos proporcionando novas formas de pensar o desenvolvimento regional, levando em conta os novos fenômenos globais que despontam na atualidade.

## **AMAZÔNIA: CONSIDERAÇÕES PARA ANALISAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR NA NOÇÃO DE DEPENDÊNCIA**

Desde a chegada dos portugueses na Amazônia, a intenção a que vieram as forças lusas já nos esclarecem o destino da região. Os portugueses chegam aqui com o intuito de obter metais preciosos, intuito este que ganha força a partir do vislumbre que se tem com o sucesso da Espanha, no que tange a esse objetivo, em terras centrais americanas. Apesar da Amazônia não corresponder às expectativas iniciais lusitanas, a necessidade férrea de ocupá-la e desenvolver atividades econômicas que pagassem os custos dessa ocupação, aumentará na medida em que holandeses e ingleses ameacem a posse de seus territórios, desenvolvendo atividades comerciais com os indígenas. É em função disso que os portugueses fundam Belém em 1616.

---

<sup>6</sup> Nos anos 2010 presenciamos um movimento que indica um sentido inverso “à virada à esquerda” que se referiu Martins (2011). Governos ditos progressistas do Brasil, Argentina e Paraguai foram substituídos por governos conservadores e de perfil ainda mais neoliberal. O governo bolivariano da Venezuela enfrenta enorme crise. Reinaldo Gonçalves (2012), um tanto diferente de Martins, analisou o caso brasileiro nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva como constituintes de um modelo liberal periférico, que invertem o desenvolvimentismo.

A colonização amazônica pelos portugueses se dará por meio do extrativismo e da escravização e genocídio do indígena, contando a corte com o apoio da igreja nessa tarefa, através das expedições jesuíticas de captura dos índios que, em contraste ao seu discurso moralizador e catequizador, quando necessário, assumirá funções militares. Esta configuração e poder foi ameaçada, mais significativamente, com a revolução popular denominada Cabanagem (1835-1840). É o que constatamos em Leal (2010), que indica ainda a falta de projeto político para a conseguinte condução dessa revolta, depois da tomada do poder, como fato explicativo de sua derrocada.

Marques (2007) cuidará de explicitar a assunção do papel de fornecedora de matérias primas para produção de manufaturados por parte das potências capitalistas, assumida pela Amazônia na divisão internacional do trabalho. Para o autor, fica claro que o período da borracha só é possível pela revolução industrial despontada na Europa. Mas, diferentemente de outras perspectivas, que costumam tecer odes a todo desenvolvimento das forças produtivas e, consequentemente, do modelo de vida que o período da borracha trouxe, conhecido como Belle Époque, aqui o foco está no trabalhador explorado que sustenta tudo isso: o seringueiro. Logo a explicação de como se dava o aviamento – sistema de produção que promove uma escravização por dívidas da mão de obra nordestina que se dispôs a migrar para trabalhar nos seringais – ganha destaque e demonstra como o excedente da produção dos seringueiros alimentava o dono do seringal, a burguesia que vivia da exportação da borracha, os bancos, o Estado, e os comerciantes estrangeiros.

A superexploração do seringueiro (que, por meio de uma cadeia de endividamento, recebia tão somente o mínimo para continuar trabalhando), gerava a apropriação pelos setores dominantes de montantes enormes de riqueza. Mas, contraditoriamente, não dinamizava a constituição de um mercado interno regional amplo e dinâmico, inibindo a industrialização amazônica. Isso se associava a forma de capital dominante, o comercial, que se remunerava na circulação e nesta esfera buscava se concentrar. Assim, produzia-se, ao mesmo tempo, riqueza pobreza e reforço à dependência. As relações dependentes da economia local em relação a outras regiões e países se reproduziam e se consolidavam. (MARQUES, 2017)

Nestes termos, a Amazônia cumpria papel destacado no desenvolvimento industrial das economias centrais, colaborando para a passagem nelas da mais-valia absoluta para a relativa e a continuidade e a permanência da acumulação ampliada de capital e do desenvolvimento de suas forças produtivas. (MARQUES, 2017). Pode parecer exagerado, mas no início do século XX, em alguns anos a borracha foi o segundo produto mais expressivo da pauta da balança comercial brasileira.

Ainda que com outros objetivos e instrumentais teóricos, Roberto Santos (1980) apresenta dados que comprovam que o governo brasileiro arrecadava um volume de tributos na região bem

maior que seus gastos na mesma. Em 1910, por exemplo, o governo federal arrecadou 84.799 contos de réis na região Norte do Brasil e gastou (despesas) tão somente 12.359 contos de réis. Marques (2007), conclui então, que ocorreu um processo de transferência de riqueza, que de alguma forma pôde contribuir para financiar parte dos gastos necessários à industrialização brasileira, concentrada no Sudeste do país.

No que diz respeito ao período econômico da borracha de modo geral, suas crises podem ser explicadas a partir da sua característica dependente e, por conseguinte, de seu centro dinâmico está localizado no exterior – o que realça a possibilidade da análise da economia amazônica através de uma metodologia sustentada na Teoria Marxista da Dependência. Logo, os fatos e a situação do resto do mundo é que determinam, quase que por completo, o sucesso ou fracasso dessa etapa da produção amazônica. Isso possibilita a constatação de que não se formou, por esse período, uma burguesia autônoma capaz de preservar a soberania da região. A dependência do exterior faz nascer uma burguesia subsidiária, que se apropria de parte do excedente, mas nem por isso é capaz de controlar seus rumos e nem sua constante acumulação.

Os vaivéns de crise e prosperidade apontados por Marques (2012), no que se refere ao período aqui tratado, comprovam essa análise ao mostrar, por exemplo, como o tráfico de mudas de seringueira para o sudeste asiático provocam a exponencial queda nos preços da borracha nativa, e como a ocupação das plantações asiáticas pelos japoneses e a novamente necessidade dos países aliados da borracha nativa, durante a segunda guerra mundial, remédiam, por estreito período, a crise instalada com um novo surto de prosperidade.

Em Marques (2007) temos um levantamento das pressões de internacionalização da Amazônia que se fazem mais recorrentes desde o século XIX, mais precisamente desde 1824 com a fundação de uma empresa em Nova Iorque para explorar a navegação e riquezas amazônicas. A contrapartida do governo brasileiro, a essas sucessivas tentativas do capital internacional de se apropriar do patrimônio amazônico nacional, inclusive com a proposição do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (que atuaria sobre a região, mas se subordinaria à ONU e não aos países amazônicos) será a criação, em 1952, do Instituto nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA), sediado em Manaus, e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, com o fim de elaborar políticas de desenvolvimento para a Amazônia.

A SPVEA, antes de tudo, é causadora de conflitos ao tentar implementar políticas de desenvolvimento nos moldes em que se queria. Isso porque a proposta seria a substituição de importações, inclusive as importações provindas do centro Centro-Sul do país. Logicamente, a burguesia sediada no centro dinâmico da economia nacional, não concordaria com isso, pois significava perder parte de seu mercado consumidor. Diferentemente da proposição da

Superintendência de espacialização do investimento produtivo no país, a dinâmica da acumulação capitalista no Brasil passava por um processo de concentração e centralização de capital no Sudeste. Ademais, a fragilidade de mercado interno era um limitador da industrialização regional (MARQUES, 2013)

Diante disso, o que acaba por ocorrer nesse período é a Amazônia ser tratada cada vez mais como empório de matérias primas a serem fornecidas tanto para o restante do país como para o resto do mundo, concomitante a ser absorvedora dos produtos manufaturados produzidos por aqueles distantes da região. Além disso, tenta-se integrá-la ao restante do país, como destino da mão de obra sobressalente de outras regiões. Desse período resultou a construção da rodovia Belém-Brasília que, quando anunciada seu início (1958), provocou uma corrida pelas terras amazônicas e uma significativa transferência de terras públicas para proprietários privados de dentro e de fora da região.

Com os projetos de integração nacional pra Amazônia cumprindo seu papel, o que se tem é a aliança cada vez mais íntima entre Estado brasileiro, grande burguesia nacional e capital internacional. As diversas concessões de benefícios e incentivos fiscais concedidos para as empresas de mineração durante a vigência da ditadura é um exemplo disso. Marques (2012) relata caso a caso como a Amazônia se insere na divisão internacional do trabalho (DIT) como grande fornecedora de produtos energéticos e minerais, e como espaço para as relações de trabalho mais perversas a serem desenvolvidas dentro do sistema capitalista, no intuito de fomentar a acumulação capitalista nas grandes potências imperialistas, em particular diante das crises recorrentes nesse sistema.

Exemplo disso tem-se a descoberta do manganês na Serra do Navio, em Macapá, no ano de 1945. O mineral, de alta importância para a indústria siderúrgica, viria a ser explorado pela mineradora Icomi, considerada, na prática, representante dos interesses da multinacional norte-americana Bethlehem Steel, principal siderúrgica estadunidense do fim da Segunda Guerra Mundial. Os trabalhos de exportação iniciaram em 1957, com o manganês de alto teor vindo a se esgotar já no final dos anos 1970, para na década de 1990 encerrar-se definitivamente, deixando significativos danos ambientais e sociais para a região amazônica (MARQUES, 2012; MARQUES, 2009).

Mais especificamente com a implantação da ditadura militar brasileira, Marques (2012, p. 34) considera que esta “[...] impulsionou na Amazônia projetos para a exploração mineral em escala industrial, voltados para o exterior.” Primeiramente com o projeto Jari sob o comando de Daniel Ludwig que adquiriu 3,7 milhões de hectares de terra na fronteira entre os estados do Pará e Amapá e, com o apoio do presidente-ditador Castelo Branco acompanhado de incentivos governamentais, montou uma plantação de arroz, pinus para a produção de celulose, investiu na pecuária e ainda construiu uma mineradora para a extração de bauxita refratária, sendo que logo depois passou a explorar caulim com o desenvolvimento de suas atividades. Dadas as dificuldades políticas e



financeiras de tal empreitada, o governo militar acabou por nacionalizar o empreendimento assumindo suas dívidas e injetando US\$ 180 mi para, no fim, entregar para um consórcio de empresários liderado por Azevedo Antunes, sócio de Ludwig em outros negócios e líder do Grupo Caemi, detentor da Icomi (MARQUES, 2012).

Na esteira desse processo, promove-se uma remodelação institucional para melhor cumprimento dos objetivos que o Estado ditatorial brasileiro tinha para a região amazônica: torná-la fornecedora de insumos energético-minerais para o resto do mundo. Assim se lança a Operação Amazônia (1966), em que se segue a substituição da SPVEA pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia); a fundação do BASA (Banco da Amazônia) e da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus); a expansão dos incentivos fiscais para a forte incorporação da agropecuária como sua beneficiária etc. Além da criação do Estatuto da Terra e do novo Código de Mineração que consolida a separação entre a propriedade da terra e do subsolo com a consequente abertura do setor mineral à exploração direta das empresas multinacionais (MARQUES, 2012).

Do ponto de vista agrário, a política da ditadura empresarial-militar reforçou a concentração de terras na região, atraindo grandes proprietários e empresas de fora da região. Para tal, distribuiu terras e dinheiro público. Além de famílias tradicionais de latifundiários, foram beneficiadas empresas como Bradesco, Bamerindus (atual HSBC), Real (atual Santander), Goodyear, Pirelli, Coca-Cola, Volkswagen e megaempresário estadunidense Daniel Ludwig. Disseminou-se conflitos agrários em toda a região (tornada a mais violenta do Brasil), mas particularmente na área de maior dinâmica de novos proprietários: vale dos rios Araguaia-Tocantins (fronteira entre os estados do Pará com Maranhão, Tocantins e Mato-Grosso). Assassinatos, expulsão da população local e trabalho escravo foram algumas das expressões deste processo (MARQUES e MARQUES, 2015). Denúncias de assassinatos, violência, trabalho precário e trabalho escravo não se restringiram aos proprietários tradicionais, mas também às fazendas ligadas ao capital financeiro-industrial com foi o caso da Volkswagen. Segundo Kowarick (1995), na fazenda do Bradesco em Paragominas, a Rio Capim, foi constatado pessoas em condições análogas à escravidão - aqueles que estivessem em litígio ou que tentassem fugir eram colocadas dentro de um tronco oco com formigas e outros insetos.

Configurou-se um processo de acumulação primitiva de capital, onde o capital recria relações para facilitar sua reprodução ampliada. Nestes termos, isso não é coisa do passado distante, pré-capitalista, mas do capitalismo contemporâneo.

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as *recria*, mas agora como momento de seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas agora são outra coisa, isto é,

são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada. (MARTINS, 2012, p. 79).

Martins (2012) afirma que o trabalho nestas condições na Amazônia, ainda que vinculado à reprodução capitalista, é utilizado fora do movimento de produção propriamente capitalista, o que o configura como acumulação capitalista e superexploração do trabalho.

Nesse sentido, é uso de trabalho em tarefas próprias de uma situação de *acumulação primitiva*. Conceito que, aliás, ganha melhor definição se, além de considerarmos a expropriação que força a entrada do trabalhador no mercado de trabalho, considerarmos, também, que *esse momento de expropriação dos meios de vida se prolonga na superexploração da força de trabalho*. Ou seja, quando o trabalhador compromete a sua própria sobrevivência, ou a de sua família, quando é expropriado da possibilidade de viver, trabalhando mais do que a jornada normal de trabalho, acima do trabalho excedente extorquido sob a máscara do salário e da contratualidade da relação entre patrão e empregado. Isso fica claro quando, ao final de meses de trabalho, nada tem a receber; ao contrário, ainda tem que pagar algo a quem o contratou. (MARTINS, 2012, p. 81-82)

Nestes termos, na chamada fronteira (ou o que alguns nomeiam de expansão da fronteira agrícola) aquilo que aparentemente se apresenta como novo e moderno é, em si, a expressão de uma complicada associação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e de reprodução ampliada de capital. “As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna (MARTINS, 2012, p. 13).

Nos anos 1960 intensificaram-se as pesquisas geológicas sobre a região, com destaque para suas reservas minerais. Tem-se um quadro extremamente favorável para a implementação do projeto que se estabeleceu para a Amazônia. Assim se descobriram as reservas de manganês na serra do Sereno (Marabá), em 1966; as reservas de ferro da serra Arqueada (Carajás, com 18 bilhões de toneladas) e as de manganês em Buritama, em 1967; e as reservas de bauxita (matéria-prima do alumínio) em Oriximiná e Paragominas (1967 e no início dos anos 1970).

Na década de 1970, com o primeiro choque do petróleo em 1973 e a consequente crise da economia internacional, o governo brasileiro elaborou o II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento) na tentativa de enfrentar a crise através do investimento em infraestrutura, que teve sua expressão regional no II PDA (II Plano de Desenvolvimento da Amazônia). Com esses planos buscava-se impulsionar o setor produtor de meios de produção pesados, substituindo importações via obtenção de divisas possibilitada pela redefinição da Amazônia como exportadora de produtos minerais e intensivos em energia. Nesse sentido, as reservas de minerais descobertas tornam-se de fundamental importância para a criação de polos minerais que integram o chamado Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o Polamazônia (1974), e que tem como polos mais importantes o de Carajás (proporcionado pela reserva de ferro da Serra dos Carajás)

e o de Trombetas (concentrado na extração de bauxita para a produção de alumínio, no município de Oriximiná-PA). Quanto aos investimentos em energia, esses se concentravam na hidrelétrica de Tucuruí.

Para a constituição dos chamados grandes projetos para a Amazônia na década de 1970, somam-se aos anteriores o caso do complexo de alumínio da Albrás/Alunorte. Fruto de um acordo entre empresários japoneses do ramo da indústria de alumínio e os governos do Pará e do Brasil, em 1976. Este último ficou encarregado de oferecer a infraestrutura necessária ao projeto, com o governo do Japão se responsabilizando pela tecnologia e parcela do financiamento, o que resultou na criação do Complexo industrial de Barcarena/PA. Para seu funcionamento, foi necessária a construção da mega-hidrelétrica de Tucuruí para o fornecimento de energia subsidiada às suas fábricas, o que retirava dos cofres públicos até US\$ 200 milhões anuais, com a estatal Eletronorte sendo construída especialmente para viabilizar tal empreitada (MARQUES, 2012).

Em 1980, tem início, oficialmente, o Programa Grande Carajás (PGC), através do Decreto-Lei nº 1813, de 24.11.1980. Com a instituição de incentivos tributários e financeiros para a exploração, sobretudo mineral, de uma área correspondente a 10,6% do território brasileiro e pertencente a mais de 240 municípios dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, o PGC representou não só a perda de controle dos governos estaduais da Amazônia sobre a área de sua incidência - com sua direção administrativa atribuída a um conselho interministerial cuja presidência era ocupada pelo ministro chefe da Secretaria de Planejamento (Seplan), vinculado à Presidência da República - mas representou também a redução do poder de intervenção das instituições tradicionais como SUDAM, SUFRAMA e BASA (MARQUES, 2012).

Em 1997 a estatal Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada, sendo que suas reservas minerais foram calculadas a custo zero, ou seja, foram repassadas gratuitamente ao capital privado. Isso evidencia um dos processos que geram a acumulação por espoliação, segundo a nomenclatura de David Harvey (2009) - e acumulação primitiva, segundo Martins (2012), ao analisar especificamente a questão agrária.

Deste então e associadas a outros processos (agronegócio, construção de hidrelétricas, de obras de logística, etc.), se intensificou a apropriação da natureza amazônica (terras, floresta, minérios, rios...). Em paralelo e associado ocorre o aumento da composição orgânica de capital e a participação do capital financeiro-produtivo estrangeiro. Também se evidencia a elevação da produtividade do trabalho (expressa no aumento da massa de mercadorias primárias produzidas e no rebaixamento dos seus preços) – ainda que isso não signifique aumento de ganhos para os trabalhadores destas produções e para a população local (MARQUES, 2017).

Configura-se, deste modo, ainda que com algumas nuances de diferenças, aquilo que Loureiro (2009) caracterizou na Amazônia como fronteira de commodities, Becker (2009) fronteira de capital natural e Marques (2012) como moderna colônia energético-mineral, subordinada a uma lógica da globalização do saque.

Segundo Marques (2012), esta forma de ocupação da região com os grandes projetos foi característica da presença do capital monopolista internacional na Amazônia, assim o sendo graças aos interesses comuns entre a burguesia brasileira e estrangeira, mais o aval e estímulo do Estado brasileiro a essa situação. Tal perspectiva vai ao encontro da constatação dos teóricos da Teoria da Dependência, sobretudo Marini, quando afirma em sua obra que a dependência e a subordinação de alguns países por outros só foram possíveis graças ao estabelecimento de um estado de compromisso entre as burguesias dos territórios dependentes e as burguesias dos países centrais desenvolvidos. Isso, por sua vez, indica a adequabilidade do que se pretende, que é analisar a economia energético-mineral amazônica através de uma proposta metodológica que tem como base o indicado na Teoria Marxista da Dependência.

## **INDICAÇÕES INICIAIS PARA UMA PROPOSTA METODOLÓGICA**

Em Netto (2011, p. 55-59), aprendemos que teoria e método, em Marx, são indissociáveis. Só podem, dessa forma, serem vislumbrados juntos na obra marxiana. A partir desse fato, se extraem três categorias teórico-metodológicas que nucleiam, por sua vez, a concepção teórico-metodológica de Marx. São elas: *totalidade*, *contradição* e *mediação*.

A categoria *totalidade* permite compreender, para os fins de nossa pesquisa, que a economia mineral amazônica está integrada ao sistema mundial capitalista que a abarca e que a faz cumprir determinada função em sua reprodução. A respeito da noção de “sistema mundial capitalista”, cabe esclarecer que esta se situa em um nível de abstração abaixo de “modo de produção capitalista”, diferenciando-se deste, pois refere-se à fase específica do mesmo, tal qual nos esclarece Osório:

É a partir da aurora do desenvolvimento do capitalismo que a história se constitui em história universal e que os mais diversos rincões do planeta se integram, com graus de intensidade variados, em um sistema mundial, dando passagem ao sistema mundial capitalista. Nesse nível situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso. (OSÓRIO, 2012, p. 39).

Dito isso, compreende-se que, para a análise da economia amazônica, como totalidade própria integrada à totalidade maior do sistema capitalista, a categoria *contradição* aqui se faz necessária, dado que os processos constitutivos de tal economia não refletem, diretamente, os processos da

totalidade do sistema mundial capitalista, havendo, pois, processos internos que a diferencia e a contraria às tendências globalizantes próprias do sistema mundial.

É nesse contexto que somos impelidos a trabalhar com a categoria de *mediação*. Como afirma Netto:

[...] uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso”. (NETTO, 2011, p. 57).

A proposta de pesquisar as determinações e impactos político-econômicos do fenômeno da globalização neoliberal na economia mineral amazônica tenta cumprir com a exata tarefa proposta pelo autor: descobrir as relações entre os processos ocorrentes em totalidade específica que abarca a economia energético-mineral amazônica e os processos gerais pertencentes à totalidade inclusiva de totalidades diversas, que é a sociedade burguesa. Quanto às mediações interpostas nessas relações, a noção de *padrão de reprodução do capital*, formulada por Osorio (2012), as integra, evidenciando-se como eficaz instrumento de compreensão, sendo útil, portanto, ao trabalho que se propõe.

Prosseguindo com a análise da função que cumpre a noção de padrão de reprodução do capital e de sua importância, Osorio diz:

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readaptar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem. (OSORIO, 2012, p. 41).

A constatação feita por Jaime Osorio nos faz identificar na globalização neoliberal o principal fenômeno responsável pelas mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, fazendo com que, dessa maneira, tenhamos a produção da economia amazônica centrada em determinados valores de uso, como é o caso da produção de bens energéticos e minerais.

Tratando das metamorfoses que o capital sofre em seu ciclo de valorização – capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria – Osório alerta para o fato de que, mesmo que o capital passe por essas formas por meios de ramos e/ou setores produtivos diferenciados, não se deve ignorar que “ [...] são alguns setores e ramos que atraem os maiores e mais importantes investimentos à medida que se constituem em eixos da acumulação e da reprodução do capital.” (OSORIO, 2012, p. 41-42).

Logo, entende-se que, conforme o tempo histórico, há o privilégio de setores, em detrimento de outros, como eixos centrais do processo de acumulação. No caso da economia amazônica, está claro que, no presente, o setor energético e o setor mineral se configuram como exemplos desses eixos privilegiados de acumulação e reprodução do capital. Portanto, o desafio maior que a noção de padrão de reprodução do capital tenta cumprir aqui é a integralização da análise dos circuitos de valorização do capital com a análise da incorporação de determinados valores de uso por parte desse mesmo capital. Para fazer isso, o autor se apóia nos esquemas de reprodução e nos estudos dos ciclos do capital de Marx (ciclo do capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria), mas com a ressalva de que é necessário historicizá-los respondendo as questões a respeito do motivo da assunção de determinados valores de uso, em momentos específicos, pelo capital, e levando em conta os processos de emergência, auge e declínio de determinado padrão de reprodução, assim como de sua sucessão por outro padrão que passará pelas mesmas etapas.

Quando se considera os estudos dos ciclos do capital, feitos por Marx, Osório identifica sua limitação de não incorporar o lucro e, conseqüentemente, o fator “crise do capitalismo” oriundo da tendência de queda das taxas de lucro, assim como o fato de não levar em conta a forma material que o capital assume na produção e na valorização. Dando-se conta disso, Osório nos dá um verdadeiro guia de como operar na análise que nos propomos das principais atividades desenvolvidas na economia amazônica, através da categoria *padrão de reprodução do capital*. Deve-se considerar:

[...] a procedência do dinheiro que se investe (estatal, privado nacional ou privado estrangeiro); o tipo de máquinas e ferramentas que se empregam; os mercados em que se adquire; o nível de preparação requerido da força de trabalho; as formas de organização da produção (linhas de montagem, círculos de qualidade, trabalho domiciliar etc.); os valores de uso que se produzem; a quais mercados correspondem (bens-salário, bens suntuários ou bens de capital); as economias a que se dirigem os produtos; a mais-valia, o lucro e sua repartição (quanto regressa às matrizes como lucro, quanto é pago por tecnologias e patentes, quanto fica na economia local etc.); entre outros pontos relevantes. (OSÓRIO, 2012, p. 46-47).

O desafio, então, é instrumentalizar as proposições acima para nosso estudo de caso: a economia e sociedade amazônica, e suas contradições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto que aqui se apresentou é um ensaio inicial de uma pesquisa ainda em suas fases iniciais de condução. Não tem considerações definitivas. Ela busca analisar o desenvolvimento regional amazônico a partir da teoria da dependência de vertente marxista. É um desafio grande, pois, a grosso modo, a Teoria da Dependência foi aplicada para analisar a economia de países e grupos de países, como a América Latina. Objetivamos proceder isso, mas na esfera subnacional, e em particular, numa

região periférica dentro de um país dependente. Para tal, revisitamos os autores clássicos desta elaboração e aqueles que lhes serviram de suporte inicial (Karl Marx e Vladimir Lênin, por exemplo, ainda que não tenha sido expostos neste artigo) e trabalhos contemporâneos.

Para a proposição teórico-metodológica que buscamos construir, e que aqui apenas apresentamos algumas indicações primeiras, acreditamos que devemos estabelecer o diálogo entre a teoria marxista da dependência e outros autores, conceitos e temas: Arrighi e o sistema-mundo; David Harvey e a acumulação por espoliação, Reinaldo Gonçalves e a crítica ao desenvolvimentismo (o modelo liberal periférico, o desenvolvimentismo às avessas), entre outros. Isso será impulsionada a partir da leitura e apropriação das interpretações sobre a Amazônia: Bertha Becker, Violeta Loureiro, Aluizio Leal, José de Souza Martins, José Raimundo Trindade (2016) e Gilberto Marques, entre outros. O desafio está posto.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- DOS SANTOS, Theotônio. **Teoria da dependência: Balanços e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2015.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BECKER, Bertha. **Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de JANEIRO: Garamond, 2009.
- LOUREIRO, Violeta. **A Amazônia do século XXI - novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.137-180.
- MARQUES, Gilberto. **Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral?** Revista Universidade e Sociedade, ano XXI, n. 49, jan 2012. Brasília: ANDES-SN, 2012.
- MARQUES, Gilberto. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. 2007. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MARQUES, Gilberto. **SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966)**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 1. P. 163-198, 2013.
- MARQUES, Gilberto; MARQUES, Indira. **Luta camponesa e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Sundermann, 2015.
- MARQUES, Indira. **Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009 (Tese de Doutorado).
- MARQUES, Gilberto. **Anotações de pesquisa: Amazônia, mineração e dependência**. Belém, 2017,

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano**. Editora Contexto, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. Rio de Janeiro: T.A. Queiroz, 1980.

TRINDADE, José. R. B.; LEITE, A. S.; SOARES, D. A. S. **Renda mineral e grande capital na Amazônia: a exploração das minas de Carajás pela companhia Vale**. *Leituras de Economia Política (UNICAMP)*, v. 24, p. 55-78, 2016.